

FÁBIO JESUS LANDGRAF

**ANÁLISE CRÍTICA SOBRE EVASÃO ESCOLAR DO  
CAMPO**

JACAREZINHO

2011

FÁBIO JESUS LANDGRAF

## **ANÁLISE CRÍTICA SOBRE EVASÃO ESCOLAR DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD da Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

JACAREZINHO

2011

## **ANÁLISE CRÍTICA SOBRE EVASÃO ESCOLAR DO CAMPO**

Fabio Jesus Landgraf Educando do  
Curso de Especialização em  
Educação do Campo-EaD,  
Universidade Federal do Paraná,  
Pólo UAB de Jacarezinho,  
e-mail: fabiolandgraf@hotmail.com

Daniel Canavese de Oliveira  
Educador Orientador, UFPR Litoral.

### **RESUMO**

O presente estudo busca encontrar respostas ao problema da evasão escolar do campo, o que faz os educandos interromperem seus estudos para irem para as cidades maiores, quais os apelos dos grandes centros para fazê-los deixar a agricultura, talvez iludidos por uma cultura diferente do mundo mágico da natureza em que vivem. Através de algumas pesquisas de campo (questionamentos a algumas famílias ou pessoas individuais, busca pela internet, leitura de algumas obras de Paulo Freire.) pude concluir meu trabalho dessa forma. O estudo foi desenvolvido como finalidade de propor estratégias para combater o abandono escolar durante ano letivo e que, também tem como finalidade propor uma reflexão sobre o comportamento dos alunos Subseqüente em relação aos que estejam iniciando o 1º Integrado e 1º Subseqüente, como também nos 2º e 3º (esses em menor número de desistência) assim como os que estão alojados nos colégios agrícolas. Pesquisando algumas comunidades escolares e familiares de alguns alunos alojados, houve a possibilidade de proposta de trabalho para solucionar o problema conjunto com a equipe pedagógica.

Palavras-chaves: Estado do Paraná, Evasão escolar, família, estratégias. Ações Pedagógicas

O Paraná é basicamente formado por terra roxa, e em algumas regiões por terra arenosa e terra mista. No norte paranaense, a maior parte da região está coberta pela terra roxa, solo com boas propriedades agrícolas. A partir de 1920, foi utilizada uma parte considerável em expansão da cultura do café no estado. Acrescentando ainda que, tanto os solos das florestas como os dos campos são pobres, mas nos últimos anos, entretanto, estão sendo usadas técnicas modernas para seu melhor aproveitamento. O Paraná sempre foi conhecido na história pela exuberância e pela riqueza de suas florestas, particularmente pelo pinheiro, seu tradicional símbolo. Porém, a devastação desenfreada, hora devida ao extrativismo vegetal, hora devida às atividades agrícolas, trouxe prejuízos irreversíveis ao Paraná, como mostra o quadro exposto em 1965, pelo geógrafo Reinhard Maack.

O estado do Paraná ocupa o quinto lugar em importância econômica entre todos os estados brasileiros. As diferentes características físicas e climáticas do estado propiciam a existência de atividades agrícolas diversificadas e seu grau de desenvolvimento econômico permite a utilização de avançadas técnicas agrícolas, que se traduzem nos mais altos índices de produtividade do país. Em 1994, os índices médios de produtividade nas principais lavouras do estado (soja, milho, feijão, algodão, café e trigo) elevaram-se em 12,9 %, em decorrência do desenvolvimento de modernos sistemas de produção, como é o caso da soja e do trigo, que são cultivados em sistema de rotatividade, gerando duas safras anuais na mesma área. Destaca-se ainda no estado do Paraná, a produção de batatas, de cana-de-açúcar, de mandioca e de arroz. Nos últimos anos, programas de desenvolvimento da fruticultura vêm sendo implantados em diversas regiões do estado. Na região norte do Paraná, a implantação de pomares cítricos vem permitindo a produção industrial de suco de laranja, enquanto a produção de maçã alcança, em várias regiões, uma safra média de 30 mil toneladas por ano.

O solo paranaense é formado por terra roxa e branca, e é curioso, pois a terra é vermelha e não roxa. Brasileiros natos, confundiram a linguagem e batizaram o local como Terra Roxa. Pode-se produzir na terra roxa soja, trigo, milho, feijão, arroz, assim como horticultura e outras variedades, da mesma forma é possível produzir na terra branca, conquanto que ambas sejam preparadas

para seus devidos fins, mesmo que a terra branca não seja tão produtiva em variedades quanto a terra roxa. Este estudo baseia-se por algumas edições semanais do caderno “Zero Hora” pela Editora Jornalística S.A. –mantida pela RBS- rede Brasil Sul de Porto Alegre-RGS.

Os primeiros habitantes no estado do Paraná vieram para esta região, eram aventureiros atraídos pela nova região a ser explorada. Alojaram-se em pequenas povoações às margens dos rios. Esta situação foi encontrada pelos dirigentes da Companhia de Terras Norte do Paraná, encabeçada por Arthur Thomaz. Os colonos que aqui primeiramente se instalaram eram Paulistas, Catarinenses, Gaúchos, Nordestinos e Mineiros, entre outros. Em 1949 constatou-se na Região de Serra dos Dourados, Distrito de Umuarama, a presença de índios desconhecidos. Em 1955 a primeira expedição a fim de explorar a procedência dos mesmos, descobriu tratar-se de um grupo de aproximadamente 300 índios Xetás, provindos do Mato Grosso. Sabe-se que desapareceram do local, devido ao desmatamento que se aproximava.

Com a geada negra em julho de 1975, os cafezais foram danificados por completo. A agricultura teve de ser alterada. A soja passa a expandir no Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, os maiores produtores do Brasil. Tal cultura foi trazida por Gustavo Dutra no Brasil em 1882 pela primeira vez na Bahia, a mesma era cultivada na China, portanto, origem asiática. Sabendo-se que em 1739 iniciou-se na Europa, século XVII, em 1804 iniciou-se nos Estados Unidos da América, 1914 no Rio grande do Sul. Assim a soja substituiu o café, da mesma forma a cultura do trigo foi trazida para o Brasil em 1556 por Martim Afonso de Souza na capitania de São Vicente, daí se expandiu para os campos de Piratininga, sofreu o primeiro impacto em 1631 pelo aviltamento do preço imposto pelos comerciantes de São Paulo e Santos, que dominavam o comércio. Os maiores estados produtores são: Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Por volta de 1700 o trigo teve grande expansão, e 1795 iniciaram-se as exportações. Nos anos de 1814 a 1822 surgiu a ferrugem que dizimou as lavouras por todo Brasil, inicialmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, destruindo por completo a cultura do trigo. Somente em 1857 houve autorização oficial para importação de sementes de novas variedades que apresentavam maior resistência à ferrugem. A

partir de 1918, iniciarem-se os estudos para solucionar o problema da ferrugem do trigo no Brasil, com a criação de estações experimentais no Sul, entre elas as de São Luiz Gonzaga e Alfredo Chagas no Rio Grande do Sul e a de Ponta Grossa no Paraná. Para uma pesquisa foi criado um órgão estadual chamado IPEAS (Instituto de Pesquisas agropecuárias do Sul) sediado em Pelotas no Rio Grande do Sul; que passou a comandar as pesquisas do trigo no Brasil, sendo que ao seu lado também estava o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e outras entidades do ramo. As tecnologias foram se desenvolvendo e soluções foram surgindo, incluindo a rotatividade nas culturas. Os tratores e implementos agrícolas, assim como máquinas colheitadeiras foram substituindo o homem do campo de forma radical e incontestável. As escolas das fazendas foram se fechando para os filhos dos antigos colonos visto que os mesmos não encontrando outra saída, tiveram que se mudar para as cidades mais próximas, suas casas foram sendo demolidas e ficaram sem teto. (IPEAS- Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Sul).

Novos partidos políticos foram sendo criados e novas idéias foram sendo implantadas, no entanto, muitos ainda assim não tiveram acesso às escolas devido fins familiares, tinham de manter os menores e até mesmo os próprios pais. Aos poucos a velha escravidão “branca” fortaleceu-se diante de ideais que não podiam alcançá-los financeira e culturalmente. Ainda hoje em dia encontram-se muitas pessoas analfabetas em todos os sentidos, devido a essas carências, foram organizadas algumas instituições de ensino através de apostilados o EJA, o CEEBJA e outras mais para amenizar a triste realidade em nosso país. Podemos, hoje em dia, perceber os quantos que deixaram de estudar por falta de estímulo ou por serem forçados ao trabalho por seus próprios pais. Adultos que em sua fase escolar tiveram que trabalhar e trabalhar. É bem possível que ainda hoje, em uma nova realidade em que é obrigação de todo e qualquer cidadão estudar, se encontre muitos que deixaram de estudar por falta de estímulo ou por questões financeiras.

Ao que se referem aos colégios agrícolas muitas pessoas não fazem idéia de como é maravilhoso estudar em meio à beleza da natureza e preservá-la para nosso futuro, ouvir o canto dos pássaros livres por entre os arvoredos, ver a olhos nus, a cada amanhecer, a cada pôr do sol, sentir o cheiro

da chuva em gotas prateadas regando a relva verde escuro, acordar e ver o horizonte onde o céu beija as montanhas no infinito, uma imensidão azul, sem limites, só a liberdade de sonhar e saber que pode-se realizar os sonhos mais gigantescos quando a alma não é pequena. Sabendo-se que nós todos sobrevivemos de tudo o que a mãe natureza produz, assim como é possível extrair lucro da terra através do comércio da lavoura. Tanto o técnico agrícola quanto o engenheiro agrônomo podem conquistar uma vida social favorável aos seus sonhos ou planos na vida. Portanto, é honroso e louvável estudar num colégio agrícola, saber como desfrutar os reclames da natureza mãe! Da mesma forma, é o complemento que falta ao profissional da educação para habilitar aos demais o trabalho com a terra, como amar e cuidar do meio ambiente, da alimentação sadia, da infra-estrutura, da produção vegetal, da administração e extensão rural, da agro ecologia, da topografia, da agricultura em geral. Tais disciplinas preparam o cidadão para ser participante entre aqueles que se preocupam e cuidam da Natureza. Podendo conscientizar cidadãos sobre os reclames que nosso meio ambiente requer. Abrindo-lhes maior ângulo de sua visão limitada para o ilimitado; o universo, as galáxias. A ecologia. Todos somos responsáveis uns pelos outros. Somos guardadores de nossos irmãos quando nos preocupamos com o futuro das novas gerações. Diria, ainda mais, que se todos os colégios estivessem no campo, muitas violências seriam evitadas na sociedade. Prepararíamos pessoas sociais, com abertura ao respeito uns com os outros sob todos os aspectos. No entanto, é preciso muitas quebras de paradigmas. Formaríamos vencedores de barreiras e não apenas cidadãos para o mundo capitalista, feito de pedras, asfaltos e indústrias de calmantes e outros tipos de drogas legais e ilegais. Aumentam o ciclo da vida com bases em laboratórios químicos e não nos subsídios que existem na natureza, abertos de graça a todos. Basta conhecimento da existência dos mesmos e saber usá-los.

Verificando entre alguns colégios agrícolas no Paraná, e após levantamento verbal da quantidade de alunos desistentes dos primeiros anos dos cursos ofertados, é muito preocupante, já há algum tempo, com o fato de os alunos iniciarem o período letivo e, depois de alguns meses de aula, desistem dos estudos sem muitas explicações. Tal realidade é alarmante aos educadores envolvidos, tanto mais às políticas públicas e sociedade em geral, isso significa

grande prejuízo para a escola por seu princípio educacional e formador, quanto ao próprio estudante, em termos de digressão educativa e até profissional, no caso específico das instituições que ofertam cursos profissionalizantes.

Nesse sentido, é preciso considerar que o fracasso escolar está presente, deve ser analisado, é um desafio a todos em conjunto; educadores comprometidos com a Educação e a Direção em geral, assim como o apoio da família de cada educando, todos em conjunto para um mesmo ideal, o de amparar e orientar aos futuros profissionais, afinal todos nós dependemos uns dos outros para o bem comum. Da mesma forma que muitos estudiosos e pesquisadores se empenharam em descobrir as causas e conseqüências do estudo em questão, mas especificamente na Educação de Jovens, o presente trabalho também se concentra em constatar os motivos que levam os alunos a abandonarem o curso em andamento. Rocha (1972), Carnahiba(1979) Borges (1981), Walker (1984). Schwartzman (2006) São alguns dos expoentes que fundamentam este estudo para verificação da evasão escolar referente aos colégios agrícolas. Baseando-se em razões que levam alguns educandos a abandonarem seus estudos, relatadas por alguns estudantes que, em resposta a algumas questões foi dito que; há impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, imaturidade, distância de seus familiares, pois os alunos vêm de outras cidades e têm de morar em alojamento ou república, além de o turno ser integral – manhã e tarde, o que dificulta a permanência e o relacionamento entre os colegas.

Muitos dos estudantes deixam o colégio por várias razões, entre outras a principal é a falta de disciplina na própria família. Não aprenderam o valor de se cumprir horário para as atividades no geral, não sabem obedecer às regras, não aprenderam as boas maneiras da educação e respeito aos outros. Sendo assim, num colégio interno, quando têm que silenciar por volta das 22:00 horas para todos descansarem, às 22:30 horas para desligar a televisão, ao meio-dia para todos almoçarem, não aceitam as regras por não terem aprendido de casa a lei áurea da obediência. Aí está outro fator preponderante que pode gerar evasão dos alunos em geral nos colégios agrícolas. Buscando informações entre os estudantes pode-se entender uma das razões de não se adaptarem; a alimentação. Em suas casas nem sempre recebem alimentação sadia e equilibrada, seus familiares, na maioria deles, desconhecem o que é equilíbrio

alimentar. Muitos não se importam se esse ou aquele tipo de cardápio vai influenciar na vida futura de seu filho/a. Não ensinam, porque também não lhes ensinaram que tomar líquido com o alimento sólido é uma abominação para a boa digestão, que provoca gases e gorduras localizadas, que a digestão fica muito mais lenta além do próprio raciocínio e outros mais danos à saúde geral do organismo. Que as frituras, de um modo geral, só trazem danos desastrosos à saúde física, que a não combinação de alimentos provoca males indesculpáveis no futuro, a nutrição torna-se um fator importante na vida dos alunos, garantindo um maior aproveitamento no campo dos estudos, afinal, uma alimentação saudável é base fundamental para a manutenção e melhora da qualidade de vida do indivíduo. A escola garante maior rendimento em sala de aula, tendo maior participação dos alunos nas atividades, no colégio Estadual Agrícola de Cambará, por exemplo, funciona em período integral, a alimentação saudável desses alunos, torna-se mais séria. E a merenda escolar é um direito previsto na Constituição Federal, conquistada pelos educandos brasileiros que freqüentam as escolas publicas em todo o país. Tal colégio manipula a merenda escolar nas suas diversas etapas. Bem como, o tipo de merenda oferecida pelos alunos, a importância dela na vida dos escolares e se é realizado a Educação Ambiental na escola. A merenda oferecida pela escola proporciona uma alimentação saudável, procurando mudar os hábitos alimentares de seus estudantes, verifica, no entanto, a preferência por determinados alimentos no lanche da escola, averigua se tais preferências correspondem a uma alimentação saudável, e analisa o tipo de resíduo gerado pelos alimentos e seu destino na escola, e se a mesma costuma praticar atos de preservação da natureza. O colégio citado e outros deveriam verificar se o alimento ofertado possui todos os nutrientes necessários para o desenvolvimento dos alunos, além disso, os mesmos deveriam verificar se os estudantes alojados sabem o que significa meio ambiente e se a escola faz alguma coisa para preservar a natureza. Os resultados, no colégio citado, sobre as preferências alimentares dos alunos mostraram uma apreciação dos alunos pela merenda oferecida na escola, também observado pela pouca quantidade de restos que sobram nos pratos. Mostrando que a escola propicia uma refeição com vários nutrientes capazes de manter uma vida saudável aos alunos. A educação ambiental foi evidenciada em vários pontos da escola, principalmente quando

observado a atitude dos alunos. Um comportamento difícil de ser visto, pois eles sabem o valor de cuidar da natureza, entendem a importância de conservar o meio ambiente e valorizar a merenda escolar que lhes é oferecida.

A nutrição torna-se um fator importante na vida dos alunos, garantindo um maior aproveitamento no campo dos estudos, afinal, uma alimentação saudável é base fundamental para a manutenção e melhora da qualidade de vida do indivíduo. A escola garante maior rendimento em sala de aula, tendo maior participação dos alunos nas atividades que funciona em período integral, a alimentação saudável desses alunos, torna-se mais séria. E a merenda escolar é um direito previsto na Constituição Federal, conquistada pelos educandos brasileiros que freqüentam as escolas publicas em todo o país.

A disciplina de horário para abrir e fechar a porta dos alojamentos (feminino e masculino). A não obediência de tais regras ou reprova, pode implicar na perda do alojamento do colégio, os mesmos deverão recorrer por conta própria outra solução para moradia. Os que não têm condições financeiras não poderão sobreviver e abandonam os estudos. Sabe-se também que os maiores de 18 anos de idade não podem ocupar os alojamentos, para solucionar o problema os mesmos moram em “república”, dividindo as despesas básicas entre eles, residindo na cidade de Cambará. Os que moram próximos do colégio, com seus familiares, não enfrentam tais desconfortos. A falta de perfil do curso agropecuário, o despreparo para a vida fora de casa, saudade da família, falta de estar em união com os seus queridos nas horas das refeições, as pequenas coisas de casa, as quais que não davam valor, aumenta-lhes a solidão, todo um conjunto de fatores faz dos estudantes do subsequente e o integrado deixarem os colégios agrícolas. Foi feita uma estimativa de 50% de desistência dos alunos do curso Subseqüente, incluindo os três semestres do curso, sendo que a maioria desiste no primeiro semestre. Enquanto que muitos alunos do curso integrado desistem do mesmo e vão para o núcleo comum, não enquadram no objetivo de se tornarem técnicos agrícolas como profissão futura. Perdem a motivação para prosseguirem em sua jornada.

No Colégio Agrícola de Cambará, onde leciono várias disciplinas, ocorreram muitas desistências e a maioria pediu transferência para o núcleo comum, como

segue por turma abaixo: No 1º Integrado A, houve uma desistência, 04 transferências para o núcleo comum. Do 2º Integrado B, houve uma transferência para o núcleo comum e mais dois alunos que irão pedir transferência para o núcleo comum no próximo bimestre. Do 3º Integrado houve 01 aluno desistente e dois transferidos para o núcleo comum. Quanto ao curso Subseqüente, no 1º Subseqüente houve 04 alunos desistentes. O 2º Subseqüente recebeu 01 aluno transferido do Colégio Agrícola Fernando Costa, Santa Mariana. Não temos turma do 3º Subseqüente, teremos para o próximo semestre. Quanto à alimentação; no curso do Integrado e do Subsequente (Agropecuária) são servidos 03 cafés, nos seguintes horários: às 06:30 horas até às 07:00 horas da manhã, às 10:00 horas até 10:20 horas e às 15:30 horas às 15:40 horas. Às 12:00 horas é servido o almoço e às 18:00 horas é servido o jantar.

No mês de junho próximo passado, foi realizado um curso promovido pelo SENAR, num período de uma semana para os alunos do 2º Subsequente. Houve um ótimo aproveitamento por parte dos estudantes. Esse e outros cursos são promovidos para melhorar a qualidade do ensino.

Nos dias 20 a 25 de maio foram realizados jogos abertos entre os colégios da região, cuja sede das modalidades foi em Carlópolis. Dessa forma são organizados momentos esportivos aos estudantes.

Até o momento venho acompanhando, independentemente desse trabalho, as evasões escolares dos colégios agrícolas que tenho contato pessoal, pois passei a me interessar por descobrir as causas que levam tais desistências por parte de nossos estudantes. Tenho conversado com eles, tornei-me como um amigo ou pai para muitos deles, procurando incentivá-los a continuar sua jornada do curso, o valor de se ter ideais e lutar por eles.

A evasão é, certamente, um dos problemas que afligem as instituições de ensino em geral. A busca de suas causas tem sido objeto de muitos trabalhos e pesquisas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico. Verifica-se, em todo mundo, que a taxa de evasão

no primeiro ano de curso é de duas a três vezes maior do que a dos anos seguintes. Esse é um problema muito estudado no exterior. (LOBO et al., 2007)

Para o governo, investir em professores capacitados, por ser um escola técnica profissionalizante, muitos profissionais especialistas técnicos são contratados e uma turma que começa com 45 alunos, no decorrer do primeiro ano, alguns desistem e não há uma forma de substituí-los, trazendo grande defasagem, principalmente no primeiro semestre do ano letivo.

“Estudos têm demonstrado que a evasão escolar pode ocorrer por diversos motivos e dentre eles estão às repetências constantes, a necessidade do trabalho para compor a renda familiar, a pobreza e a falta de comida em casa, a longa distância entre a escola e a casa, a falta de transporte que dificultam a ida à escola.” (MISSÃO CRIANÇA. Relatório de atividades, 1999-2001)

Conclui-se que a evasão escolar é um dos fenômenos que desafia governos e toda a sociedade ao longo do tempo. Um país com a diversidade sócio-econômica e cultural como o Brasil, tem problemas da mesma natureza e que se avoluma no sentido proporcional. Trata-se de o abandono da escola pelo aluno durante o ano letivo. Quando se busca saber quais as causas que levam a essa decisão, verifica-se são muitas relacionadas aos problemas familiares, à necessidade que o aluno que trabalhar para ajudar no orçamento da familiar, não gostar de estudar, não entender o que o professor ensina, e assim por diante. Em razão ao que vem acontecendo, estudantes deixando seus ideais, foi proposto melhorias nas atividades escolares para tornar o ambiente dos alojamentos em um local mais agradável e acolhedor. Estão sendo convidados palestrantes para incentivar aos educandos à continuação de suas jornadas escolares, psicólogos, curso do SENAR para e capacitação técnica aos estudantes, também aconselhamento por profissionais ao respeito mútuo entre veteranos ou iniciantes nos colégios, visto algumas reclamações pelos próprios alunos, referente a este quesito, médicos para palestrar sobre doenças preventivas e devidos cuidados com a saúde, jogos abertos entre os colégios da região, inter classes, gincanas e esportes em geral, melhoria da estrutura física da escola.

Da mesma forma como nós, professores comprometidos com a Educação em geral ou do campo, preocupados com possíveis evasões escolares,

muitos políticos também se preocupam com a qualidade do preparo profissional dos estudantes da Educação do campo, como vemos a seguir:

“Denunciar a situação da educação do campo, propor soluções para superar os problemas e sensibilizar o poder público e os deputados sobre as necessidades dessa modalidade de ensino foram alguns dos objetivos dos aproximadamente mil trabalhadores rurais que estiveram presentes na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), em Curitiba. A audiência pública sobre Educação do Campo aconteceu nesta tarde (02), no Plenário da Assembleia. A atividade, que contou com a participação da presidente da APP-Sindicato, Marlei Fernandes de Carvalho, e de diretores da entidade, fez parte da Jornada de Luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que, durante essa semana, vem realizando uma série de eventos na capital.

A audiência pública foi proposição dos deputados Professor Lemos e Luciana Rafagnin, ambos do PT. O evento, que debateu políticas públicas adequadas à realidade do campo, foi aberto por ambos os parlamentares. "A educação do campo precisa de investimento em infraestrutura, formação de professores e funcionários e ampliação de políticas públicas. Um debate muito importante atualmente é o Plano Nacional de Educação(PNE), que tramita no Congresso Nacional. Ele precisa receber contribuições para incentivar a política da educação no campo. No dia 06, neste mesmo espaço, as nossas propostas serão acolhidas pela comissão especial que está analisando o PNE. Todos estão convidados a participar dessa atividade", convidou Lemos.

A representante do MST, Maria Izabel Grein, trouxe dados que revelam as necessidades da educação do campo. Ela relatou que uma pesquisa da Secretaria de Estado da Educação (Seed), em conjunto com os núcleos sindicais, apontou que num universo de 8.635 professores que atuam com a modalidade, 49,60% se declararam do Quadro Próprio do Magistério (QPM) e 50,40% do PSS (Processo Seletivo Simplificado). "Há uma alta rotatividade dos professores do campo. Como a maioria tem contrato temporário, não há um vínculo maior com a educação do campo. A formação é interrompida; não há como preparar esse profissional para entender as nossas especificidades", enfatizou.

Em relação às escolas, explicou que de 1990 a 1999 foram fechadas 3.948 escolas na zona rural. E - recorrendo aos dados do Censo Escolar 2009 - afirmou que de 2000 a 2008 houve uma redução de 48% destas unidades, ou seja, caíram de 2.725 para 1332. Segundo ela, a estrutura também é precária. "Ainda segundo o Censo, das 417 escolas rurais do Paraná, somente 64 delas têm laboratórios, 285 mantem uma biblioteca e 281 contam com quadras esportivas", completou.

Ao mesmo tempo em que constata uma redução das escolas, Izabel mostrou que, no ensino médio, a oferta aumentou a partir de 2000. Em 2000 eram 30 escolas, mas esse número passou para 167 em 2009. Mas paralelo à oferta, também aumentou a demanda. Em 2000 elas atendiam 3.363 e, em 2009, esse número passou para 16.291. "Hoje são matriculados no Ensino Médio das cidades cerca de 400 mil alunos por ano. Deste total, 317.486 são alunos do campo, mas 216.807 são alunos do campo que estudam nas cidades. São dois terços, ou seja, 100 mil alunos do campo estudando na zona urbana. Por isso, estamos aqui hoje para cobrar das autoridades o cumprimento das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, que prevê a criação de escolas no campo e voltada para a realidade desses estudantes", finalizou.

O representante da APP no Conselho Estadual de Educação, Arnaldo Vicente, concordou com Izabel sobre o problema da infraestrutura, mas destaca também a rotatividade dos professores. Ele lembrou que muito mais importante que a infraestrutura, é o compromisso dos educadores com a educação do campo. "A infraestrutura interfere indiretamente e até na autoestima dos educandos. Mas é preciso ressaltar que há uma necessidade de encontrar professores compromissados com a proposta pedagógica. Muitos passam pela formação continuada, mas perde-se muito deles quando são substituídos por outros professores PSS que não têm - ou têm muito pouco - conhecimento a respeito desta modalidade", apontou.

Outro dado que Izabel apresentou foi em relação ao transporte dos professores. Ela afirma que 7.992 professores que atuam com a educação do campo moram na zona urbana e se deslocam num raio de 5 a 63,8 quilômetros para chegar ao local de trabalho. "São 92,5% professores que se encontram nessa situação. Em que condições esses professores dão aula? Quais são as condições que eles têm para preparar as atividades pedagógicas?", questiona.

A professora de Prática e Teoria Pedagógica do curso de Licenciatura em Educação do Campo, do Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus de Dois Vizinhos, Solange Toderro Von Onçay, reafirmou a importância da adequação à legislação. "Queremos a garantia de que a legislação expressa nas Diretrizes de 2002, na Resolução 2008 e no Decreto de 2010, seja implementada no Paraná. Estes documentos regulamentam a escolarização do campo para os sujeitos do campo, garantindo suas especificidades em todos os níveis de ensino", essaltou.

**Desigualdades campo x cidade** - A representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), Viviane Fernandes Farias, reconheceu que houve avanços para esse segmento com a instituição das Diretrizes da Educação do Campo o Brasil. No entanto, relatou que a situação é grave e que a relação campo x cidade apresenta dados que revelam um quadro de desigualdade e discriminação.

"Tivemos um avanço significativo com o decreto da Política Nacional de Educação do Campo. No primeiro artigo, o decreto coloca que junto com o Plano Nacional de Educação é preciso efetivar a política de educação do campo. Mas ainda temos muitas desigualdades. No Brasil, quem tem mais de 15 anos e mora nas cidades, possui uma média de 8 anos de estudo. No campo o percentual chega a 4,8 anos de estudo; é quase metade de quem estuda na zona urbana. Quanto ao analfabetismo, são 7,4% no urbano e 22,8% no campo. O acesso à creche das crianças da cidade são de 20% (0 a 3 anos) enquanto que no campo apenas 8,9% são atendidas. Somente 36% dos nossos jovens (15 a 17 anos) estão cursando ensino médio no campo", relatou.

A pauta para a política estadual de educação do campo entregue aos participantes da audiência elenca 18 itens. Os trabalhadores rurais reivindicam a institucionalização da articulação Paranaense por uma Educação do Campo, orçamento específico para as escolas do campo, garantia de manutenção da infraestrutura, formação continuada e pedagógica, ampliação de políticas públicas de formação social e profissional aos jovens e adultos do campo, transporte intracomunidades, investimento em curso técnico de agroecologia, avanço na política da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, entre outros, efetivação da política pública de compra direta da merenda escolar, cumprindo a lei de - no mínimo - 30% da compra direta da agricultura familiar e camponesa.

**Audiência com o governo** - O primeiro compromisso do dia pela jornada foi uma reunião com o reitor do Instituto Federal do Paraná (ITFPR), professor Irineu Colombo, sobre os cursos de Agroecologia promovidos pela instituição em quatro municípios. Em seguida, os trabalhadores caminharam até o Palácio das

Araucárias, onde foram recebidos pelo governador Beto Richa para discutir parcerias entre Movimento, Incra e governo do Estado.

O evento contou também com as presenças do reitor da UFPR - Litoral, Valter Cavallet, da coordenadora da Educação no Campo na Seed, Claudia Regina Chagas, que esteve representando o secretário Flavio Arns, da superintendente substituta do INCRA, Irene Coelho Lobo, de entidades ligadas aos trabalhadores rurais como a Fetaep (Marcio José Serenine) e Fetraf (Diego Kowald) e demais segmentos da sociedade civil. Além da presidente da APP, os diretores Luiz Carlos Paixão da Rocha (Secretaria de Imprensa), Áurea de Brito (Assuntos Jurídicos), Silvana Prestes (Políticas Sociais) e Clotilde Vasconcelos (Administração e Patrimônio) também acompanharam os debates.” (Citação da Audiência pública sobre Educação do Campo 06 fev.2011).

Dessa forma podemos concluir que a evasão escolar do campo só ocorre devido a uma série de fatores, entre eles está a não adaptação aos regulamentos do próprio colégio, ao tipo de alimentação, a falta de perfil do curso, aos costumes uns dos outros, a falta da família (saudades), hábitos diferentes, à própria estrutura do colégio. Assim sendo, estamos neste ano corrente, “estreando” um campo novo, aliás, super novo! Pode-se usufruir da mãe natureza longe da civilização, boa alimentação, apesar de ainda ser usado alguns enlatados, mas muita verdura fresquinha, muitas frutas variadas, tais quais; maçã, laranja, banana, ponkan, e outras, da própria região. Uma quadra grande, de esporte com cobertura. Um grande anfiteatro para possíveis apresentações, várias salas de aula, amplas e bem arejadas. Um refeitório grande, uma biblioteca grande, uma sala grande de informática, sala de jogos internos ou sala de vivência, dois alojamentos (masculino e feminino) muito confortáveis, vários banheiros e outros. No entanto, tudo seria sem valor se não fosse pelos professores comprometidos com a Educação, preparados para serem canais de sabedoria e esperança aos seus estudantes. Sempre tendo em mente que ser professor é a mais nobre das profissões, pois aplanar caminhos para outros passarem por eles, alegrar-se no sucesso de outrem. Sempre soma para multiplicar conhecimento, não retém o que sabe, mas transmite o de melhor com sabedoria e graça. Constrói valores para formar vencedores. A Educação no campo está aberta a todos que se dispuserem a dividir-se para colher o que se plantou no solo fértil dessa mãe Gentil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO LOTA ASSEMBLEIA. As especificidades da educação do campo serão levadas à comissão de análise do PNE. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/Include/Paginas/noticia.aspx?id=5774>>. Acesso em: 10 de jul. 2011.

BRUNS, Maria Alves de Toledo. Evasão Escolar: causas e efeitos psicológicos e sociais. Campinas, São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado em Educação na área da Psicologia Educacional), Faculdade de Educação – UNICAMP.

CARNAHYBA, Manoel Costa. Caracterização da evasão nas escolas estaduais de 2º Grau, Rio Claro, SP, 1079. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação – UNICAMP.

CARRAHER, Terezinha; CARRAHER, David; SCHLIEMANN, Ana Lúcia Dias. Na vida dez, na escola zero. São Paulo, Cortez, 2003.

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO. Disponível em: <<http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/camaraumarama/umarama4.html>>. Acesso em: 03 de abr. 2011.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. Instituto Lobo para o desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia.

ROCHA, D. M. Problemática do fluxo escolar através da evasão e da repetência. Ensino de 1º Grau. Santa Maria, 1972. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria.